

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.668.384 - GO (2020/0042473-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A
ADVOGADOS : SAMUEL DOMINGOS DA COSTA - GO038278
FERNANDO HENRIQUE BARCELOS GUIMARÃES RIBEIRO E
OUTRO(S) - GO034014
VANESSA MORGANA PEREIRA GALVAO - GO041918
AGRAVADO : ALAÍDE RITA DONATONI
ADVOGADOS : ANDRE DE ALMEIDA DAFICO RAMOS - GO042413
DENISE TEIXEIRA CHAVES - GO029869
MARIA ELISA LEMOS - GO052712
LORENA ALVES VIEIRA - GO053529

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. C U L P A E X C L U S I V A D O A U T O R . D A N O E X T R A P A T R I M O N I A L C O N F I G U R A D O . V A L O R A R B I T R A D O . I. Para se reconhecer o dever de indenizar, indispensável a presença do prejuízo e da relação de causalidade entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima, podendo, por outro lado, ser excluída a responsabilidade mediante culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, força maior e fato e exclusivo de terceiros, os quais não restaram demonstrados pela requerida, o que era seu ônus (art. 373, II, CPC). II. No caso, o conjunto probatório dos autos permite inferir que o motorista da ré/apelante não agiu com o cuidado suficiente exigido para a sua profissão, pois deveria ter dado preferência à passagem da autora/apelada, a qual já havia iniciado a travessia da faixa de pedestre, em local em que não havia semáforo (art. 70, CTB), ocasionando o acidente que gerou lesões físicas à vítima. III. Colhe-se inelutável a circunstância da materialização de dano extrapatrimonial indenizável pela empresa recorrente/requerida, haja vista as lesões sofridas pela requerente e o inequívoco abalo emocional experimentado a partir de tal acontecimento. IV. A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação (Súmula 32 do TJGO). APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E IMPROVIDA.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927, ambos do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso em apreço, restou demonstrando que o acidente somente ocorreu por culpa exclusiva da vítima que adentrou subitamente à via, sem observar que o fluxo de veículos já estava muito próximo. Não é demais relembrar que a prova testemunhal (depoimento da testemunha Elza Queiroz Martins) comprovou que a Recorrida entrou correndo na faixa de pedestres, olhando só para o lado oposto, pois vinha outro ônibus no sentido contrário e não se atentou a observar o fluxo do outro lado, de onde veio o ônibus com o qual se acidentou.

No caso, ainda que se tratasse de responsabilidade civil objetiva, na qual não se analisa culpa, necessário considerar que a Metrobus não cometeu nenhum ato ilícito contra a Recorrida. Ao contrário, ao motorista da Recorrente apenas restou a tentativa de salvar a vida da Requerida, pois mesmo dirigindo um veículo longo, pesado, carregado de passageiros, fez o que pôde para conseguir frear o veículo, colocando em risco a vida e a integridade física de todos os passageiros que transportava, pois com a frenagem brusca do ônibus, os passageiros, muitos em pé, caem entre si e se machucam gravemente.

[...].

Note que o v. acórdão recorrido ignorou por completo os requisitos da reparação civil aqui levantados. Ignorou a ausência de conduta, (primeiro requisito da reparação civil) por parte da Metrobus. Ignorou evidente culpa da Recorrida. Ignorou a presença da excludente da responsabilidade civil objetiva, a qual rompe o nexo de causalidade e impede a condenação. A situação descrita, nega vigência aos dispositivos legais acima transcritos, pois não considera o rompimento do nexo de causalidade, por culpa exclusiva da vítima. (fls. 347/348).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 945 do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

É clarividente a presença de culpa da Requerida no acidente narrado na exordial. A esse respeito, inequívoco que deveria ter sido aplicada a excludente da responsabilidade civil por culpa exclusiva da vítima. Todavia, em um cenário mais conservador, apenas em respeito ao princípio da eventualidade, salutar seria que se aplicasse pelo menos a culpa concorrente, de modo a considerar a proporcionalidade do ato imprudente da vítima, de modo a reduzir a condenação em pelo menos 70% para a Autora e 30% para a Metrobus, ora recorrente. (fl. 349).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 69, III, "a", do CTB, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Conforme consta nos autos, a Recorrida, pedestre, não se atentou ao seu dever de cuidado, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, de certificar que poderia realizar a travessia, sem comprometer o trânsito, ou colocar sua própria vida e a vida de centenas de pessoas em risco. É indene de dúvidas que o pedestre também tem responsabilidades no trânsito e, embora tenha preferência, antes de iniciar a travessia, deve olhar para ambos os lados, e se vierem carros a uma distância/velocidade que seja impossível pararem, cabe ao pedestre aguardar para atravessar após o fluxo de veículos. No caso dos Autos restou claramente demonstrando que a Recorrida entrou correndo na faixa de pedestres, olhando só para o lado oposto, pois vinha outro ônibus no sentido contrário e não se atentou a observar o fluxo do outro lado, de modo que foi a única causadora do infortúnio que lhe acometeu. (fl. 350).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em tela, a autora/apelada narrou na petição inicial que foi atingida por ônibus da requerida/apelante quando atravessava faixa de pedestres na Avenida Anhanguera, em local que não havia semáforo.

[...].

Consoante se extrai da mídia da audiência de instrução e julgamento (mov. nº 334), a testemunha ELZA QUEIROZ MARTINS, arrolada pela requerida/apelante, afirmou, em síntese, que a autora já havia dado início à travessia na faixa de pedestres, local em que foi atingida pelo ônibus. Em que pese tenha alegado que a requerente havia olhado apenas para o lado oposto, ocorre que, como se infere do depoimento, a vítima já estava atravessando a faixa quando ocorreu o acidente.

Por tal razão, resta afastada a tese de que a autora realizou uma travessia de forma súbita, inesperada, de modo a surpreender o motorista da parte ré, no sentido de que o pedestre apareceu subitamente na pista, ocasionando a necessidade imperiosa de reduzir a velocidade a tal ponto que se tornou impossível (contestação, fls. 76).

Outrossim, ressalte-se que o depoimento da testemunha do requerido sr. UBIRATAN PEREIRA DOS SANTOS em nada socorre o direito da apelante, pois o depoente não presenciou o acidente em si, não informando sobre como de fato tal evento ocorrera e o que, de fato, levou ao atropelamento.

Cediço que os motoristas de ônibus, ao se aproximarem das faixas de pedestres, devem agir com a maior cautela possível, principalmente nos locais de grande fluxo, como é o caso (Avenida Anhanguera), máxime porquanto a legislação dispõe a respeito da preferência do pedestre que estiver atravessando a via sobre a referida faixa [...].

Diante de tais fatos, o conjunto probatório dos autos permite inferir que o motorista da ré/apelante não agiu com o cuidado suficiente exigido para a sua profissão, pois deveria ter dado preferência à passagem da autora/apelada, a qual já havia iniciado a travessia da faixa de pedestre, em

local em que não havia semáforo.

Desse modo, verifica-se que a demandada/recorrente não foi capaz de se desincumbir satisfatoriamente do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora (art. 373, II, CPC), não havendo elementos suficientes no caderno processual a corroborar a tese de culpa exclusiva ou concorrente da vítima.

Assim, evidenciada a culpa da recorrente, bem como presentes os demais requisitos ensejadores da responsabilidade civil, há que se reconhecer a ocorrência ato ilícito e, por corolário, o dever de reparação, pelo que não há alterações a serem realizadas na sentença, que julgou procedente o pedido inicial.

[...].

Nestes termos, sendo notório o nexo de causalidade entre a conduta do motorista do ônibus e os danos experimentados pela autora/recorrida, não paira dúvida acerca do dever de indenizar a vítima, em face das lesões ocasionadas pelo evento danoso, confirmadas por perícia judicial (fls. 308/311).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Quanto à segunda e à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp

Superior Tribunal de Justiça

n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente